



AZ@BXL

Número: 286 Data: 2023.09.29

No título: [Complexo Ambiental da Lagoa das Sete Cidades](#)

Nota: A presente [série](#) explora os centros ambientais nos Açores em toda a sua extensão (19 no total). A décima oitava edição guiamos até ao [Complexo Ambiental da Lagoa das Sete Cidades](#), na ilha de São Miguel. O Complexo Ambiental constitui um ponto focal para a promoção do Parque Natural de São Miguel, designadamente da Lagoa das Sete Cidades, classificada como uma das Sete Maravilhas Naturais de Portugal. Neste poderá obter diversas informações sobre as áreas protegidas que constituem o Parque Natural, incluindo trilhos pedestres, geologia, flora, fauna, recursos hídricos, património classificado, entre outros.

Inserido no projeto de requalificação das margens da Lagoa das Sete Cidades, este espaço de apoio ao visitante pretende ser, simultaneamente, um espaço de conhecimento e promoção turística, bem como de interpretação da área envolvente, e realização de atividades pedagógicas, no âmbito do serviço educativo do Parque Natural.

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

Destaques



[Comunicação da Comissão Europeia sobre o pacote de medidas de apoio às PME](#)

[Águas residuais urbanas: Comissão insta Portugal a cumprir a legislação da UE](#)

[Emissões industriais: Comissão insta Portugal a melhorar as regras em matéria de poluição de atividades industriais](#)

[“Política europeia do vinho deixa um travo amargo”, afirma o TCE](#)

[Literacia financeira: Comissão publica quadro conjunto UE/OCDE de competências financeiras para crianças e jovens](#)

[Primeiro relatório sobre o estado da Década Digital defende ação coletiva para configurar a transição digital](#)

[25% das crianças da UE em risco de pobreza ou exclusão social em 2022](#)



23 a 30 de setembro



Semana Europeia do Desporto 2023

A iniciativa incentiva os cidadãos europeus a "#BeActive", não só durante a Semana, mas também a manterem-se em forma durante todo o ano. O desporto e a atividade física contribuem para o nosso bem-estar físico e mental. A falta de atividade física não só tem um impacto negativo na sociedade e na saúde das pessoas, como também resulta em custos económicos. Além disso, o desporto tem o potencial de reforçar as mensagens de tolerância e a cidadania em toda a Europa. A promoção do papel do desporto como meio de inclusão social ajudará a enfrentar os desafios atuais da sociedade europeia.

Apesar do crescente número de estudos que salientam a importância do desporto para a manutenção do nosso bem-estar e para a construção de uma sociedade inclusiva e economicamente dinâmica, os níveis de atividade física estão atualmente a estagnar, ou mesmo a diminuir, em alguns Estados-Membros. A Semana Europeia do Desporto tem por objetivo responder a este desafio.

A Semana Europeia do Desporto promove a participação no desporto e na atividade física e visa sensibilizar para os inúmeros benefícios de ambos. A Semana destina-se a todos - independentemente da idade, origem ou nível de aptidão física - e ajuda os indivíduos, as autoridades públicas, o movimento desportivo, as organizações da sociedade civil e o sector privado a colaborar no domínio do desporto. Esta iniciativa liderada pela Comissão é largamente descentralizada e realiza-se em toda a Europa. A Semana envolve uma estreita colaboração com os coordenadores nacionais e muitos parceiros diferentes que estão firmemente empenhados em apoiar os seus objetivos. Demais informações [aqui](#).

27 a 30 de setembro



Cimeira do 60º aniversário do Europa Nostra

A escolha de Veneza como cidade anfitriã da Cimeira Europeia do Património Cultural representa, por si só, um símbolo duma Europa baseada em valores e orientada para a cultura. Mais informações relativas à cimeira [aqui](#).

2 a 5 de outubro



Sessão Plenária do Parlamento Europeu

Os parlamentares europeus estarão reunidos, em Estrasburgo, para mais uma sessão plenária, a primeira de outubro. Desta feita, entre os [tópicos em debate](#), podem-se destacar: relatório provisório sobre a proposta de revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual para 2021-2027; Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia; Obrigações verdes europeias; tratamento de águas residuais urbanas; proteção dos trabalhadores contra o amianto; ou o regulamento Liberdade dos Meios de Comunicação Social.

4 a 6 de outubro



Jornadas da Mobilidade Urbana

As [Jornadas da Mobilidade Urbana](#) reunirão políticos, autoridades locais, indústria e profissionais dos transportes urbanos com a Comissão Europeia para estabelecer contactos, partilhar e debater o caminho a seguir para um futuro sustentável, inovador e equitativo para a mobilidade urbana da Europa. E como 2023 é o Ano Europeu das Competências, as Jornadas da Mobilidade Urbana centrar-se-ão especificamente nas competências no domínio dos transportes. O evento está a ser organizado em conjunto com a Presidência Espanhola do Conselho da UE.



Jornadas Europeias da Indústria 2023

As Jornadas Europeias da Indústria 2023 realizar-se-ão em Málaga entre 4 e 6 de outubro de 2023. As [inscrições](#) já estão abertas.

Até 5 de outubro



Política de Coesão da UE: convite à apresentação de projetos de inovação urbana no valor de 120 milhões de euros

A política de coesão da UE ajuda a inovar as nossas cidades. A [Iniciativa Urbana Europeia](#) (IUE) [lançou](#) um segundo convite à apresentação de propostas no valor de 120 milhões de euros para projetos inovadores que desenvolvam e testem novas soluções para enfrentar os atuais desafios urbanos.

O convite premiará projetos que desencadeiem uma verdadeira transformação nas cidades, gerem investimentos e inspirem outros. O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) financiará 80% do custo dos projetos selecionados. Cada projeto pode receber até 5 milhões de euros. Parte deste financiamento apoiará a transferência de soluções inovadoras para outras cidades da Europa, a fim de garantir um impacto ainda maior, especialmente nas cidades e regiões que mais necessitam de uma transformação urbana sustentável. Para tal, as autoridades urbanas apoiadas estabelecerão parcerias de transferência com três outras cidades para reproduzir os projetos.

O convite está aberto a todas as cidades da UE, individualmente ou em grupo. Os candidatos interessados são convidados a inscrever-se nos seminários de informação e noutras reuniões previstas para as próximas semanas. Os pormenores estarão disponíveis no sítio *Web* da EUI. O prazo para apresentação de candidaturas é 5 de outubro de 2023.



Reunião da Comunidade Política Europeia

A terceira reunião da Comunidade Política Europeia [juntará dirigentes de todo o continente](#) em Granada (Espanha). Tendo por base os trabalhos realizados nas reuniões anteriores da Comunidade Política Europeia, os dirigentes debaterão as formas de tornar a Europa mais **resiliente, próspera e geoestratégica**. A reunião da Comunidade Política Europeia terá lugar antes da reunião informal do Conselho Europeu.

A Comunidade Política Europeia tem por objetivo **promover o diálogo político e a cooperação** para abordar questões de interesse comum, e **reforçar a segurança, a estabilidade e a prosperidade** do continente europeu. Esta plataforma de coordenação política não substitui as organizações, estruturas e processos existentes nem visa criar novas organizações, estruturas ou processos nesta fase.

Até à data, a Comunidade Política Europeia reuniu-se duas vezes. Na sua primeira reunião, realizada em outubro de 2022, os dirigentes debateram sobretudo assuntos relacionados com a paz e a segurança, especialmente a guerra da Rússia na Ucrânia, e a crise energética. Na reunião seguinte, realizada em junho de 2023, debateram os esforços conjuntos desenvolvidos em prol da paz e da segurança, da resiliência energética, da conectividade e da mobilidade na Europa.

6 de outubro



Reunião informal dos chefes de Estado e de Governo

Em breve estarão [disponíveis](#) nesta página todas as informações respeitantes a esta reunião que irá decorrer em Granada, Espanha.

9 de outubro



O estado das Regiões e das Cidades na União Europeia

O Comité das Regiões [publicará](#) o seu relatório anual da UE sobre o estado das regiões e dos municípios. O relatório apresenta uma panorâmica dos desafios mais prementes com que se deparam as regiões e os municípios na Europa, assim como soluções do terreno para fundamentar as decisões políticas da UE.

O relatório fornecerá pistas sobre a forma como as regiões e os municípios respondem a crises como as catástrofes climáticas ou a guerra da Rússia contra a Ucrânia. Ilustrará a forma como as regiões e os municípios contribuem para a transformação das nossas sociedades a longo prazo, através da transição ecológica e digital, e reforçam simultaneamente a coesão.

Tendo como base estudos inéditos encomendados pelo Comité das Regiões Europeu, bem como a investigação académica, contributos de outras instituições europeias e documentação de fonte aberta, o relatório apresenta factos e dados para informar os decisores políticos e as partes interessadas pertinentes. As principais conclusões e recomendações serão refletidas no discurso anual sobre o estado das regiões e dos municípios da União Europeia, que Vasco Cordeiro, presidente do Comité das Regiões Europeu, proferirá em 9 de outubro de 2023.



Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo de Coesão e Fundo para uma Transição Justa para 2021-2027 – avaliação intercalar

A política de coesão [destina-se](#) a todas as regiões e municípios da UE, de modo a apoiar a criação de postos de trabalho, a competitividade das empresas, o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável, bem como a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. É assegurada através de quatro fundos, três dos quais são o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo de Coesão e o Fundo para uma Transição Justa. Esta avaliação intercalar analisará a eficácia, a eficiência, a coerência com outras políticas, a pertinência e o valor acrescentado da UE de cada um destes três fundos até ao final de 2024. O período de apresentação de comentários termina a 9 de outubro.

9 a 12 de outubro



Semana Europeia das Regiões e das Cidades

A [Semana Europeia das Regiões e das Cidades](#) (#EURegionsWeek) é o maior evento anual em Bruxelas dedicado à política de coesão. Tornou-se uma plataforma neutra para debater os desafios comuns das regiões e dos municípios da Europa, reunindo uma comunidade diversificada de oradores e participantes. Em 2022, atingiu um número recorde de quase 20 mil participantes, 272 sessões e 528 parceiros. O programa e as inscrições já se encontram [disponíveis em linha](#).

10 e 11 de outubro



157.ª reunião plenária do Comité das Regiões

Os membros do Comité das Regiões Europeu [reunir-se-ão](#) para a 157.ª reunião plenária entre 10 e 11 de outubro de 2023. A reunião plenária irá coincidir com a Semana Europeia das Regiões e das Cidades.

12 de outubro



Conferência "Instrumentos Financeiros de Nova Geração para a Agricultura e Desenvolvimento Rural"

A Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural da Comissão Europeia (DG AGRI) e o Banco Europeu de Investimento (BEI) [organizam](#) a 9.ª conferência anual da UE sobre os instrumentos financeiros do FEADER, intitulada "Instrumentos financeiros de nova geração para a agricultura e desenvolvimento rural", na quinta-feira, 12 de outubro de 2023, das 9h20 às 16h30, em Bruxelas.

A conferência será aberta por Janusz Wojciechowski, comissário europeu para a Agricultura e o Desenvolvimento Rural, e pelo vice-presidente do BEI. Ao longo do dia, os peritos da Comissão Europeia e do Grupo do Banco Europeu de Investimento

partilharão os resultados do mais recente inquérito *fi-compass* relativo ao ano de 2023 sobre as necessidades de financiamento e as condições de acesso ao crédito dos agricultores e das empresas agroalimentares na UE, e definirão o atual contexto político. Além disso, os especialistas apresentarão os serviços de empréstimo e aconselhamento oferecidos pelo Grupo BEI para apoiar a transição ecológica e digital.

A conferência contará com oradores da Croácia, Irlanda, Grécia e Espanha, que apresentarão exemplos de instrumentos financeiros nacionais e do FEADER que apoiam a agricultura, partilhando as suas experiências, recomendações e lições aprendidas. A conferência destina-se às autoridades de gestão, peritos, representantes associativos agrícolas, funcionários do Grupo do Banco Europeu de Investimento e da Comissão Europeia interessados nos instrumentos financeiros do FEADER. O [prazo-limite para as inscrições termina a 6 de outubro](#).

13 de outubro



AgriJovem 2023

A Representação da Comissão Europeia em Portugal [organiza](#), no dia 13 de outubro de 2023, em Lisboa, uma iniciativa dirigida a jovens estudantes com aspirações a desenvolverem uma atividade profissional no setor agrícola em Portugal. As candidaturas estão abertas a partir de hoje e até ao fim de julho de 2023. Com a colaboração da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGAR) - Rede Rural Nacional e o apoio do Instituto Superior de Agronomia, a Comissão Europeia convida um grupo de 40 estudantes do ensino superior em Portugal a refletir sobre várias políticas europeias que têm um impacto direto na atividade agrícola no território nacional e europeu.

O programa procurará promover uma melhor compreensão e sensibilidade para as políticas europeias, em particular para a razão de ser da Política Agrícola Comum (PAC) e da Estratégia “do Prado ao Prato”, do Pacto Ecológico Europeu. Desde solos saudáveis, bem-estar animal, novas técnicas genómicas e sistemas alimentares sustentáveis, ao conhecimento, inovação e novas tecnologias, passando pela competitividade e competências, os futuros profissionais do sector agrícola terão oportunidade de abordar todas estas temáticas durante o encontro. As candidaturas [encontram-se abertas](#) até ao **dia 31 de julho de 2023**.

Até 17 de outubro



Comissão lança convites à apresentação de propostas no valor de 122 milhões de euros para colmatar as lacunas de inovação na UE e reforçar os ecossistemas de inovação

A Comissão Europeia [disponibilizou](#) 122 milhões de euros no âmbito da iniciativa [Ecossistemas Europeus de Inovação](#) do programa Horizonte Europa e do [Instrumento de Investimento Inter-regional para a Inovação](#) do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Estes convites à apresentação de propostas têm por objetivo reforçar e fazer progredir os ecossistemas europeus de inovação, ligando todos os territórios da UE para dar resposta aos desafios sociais e promover uma coesão mais forte. Contribuem igualmente para uma iniciativa fundamental da "Nova Agenda Europeia da Inovação", que tem por objetivo promover "[vales de inovação regionais](#)" interligados em toda a UE. As candidaturas estão abertas [aqui](#) até 17 de outubro de 2023. Para mais informações, clique [aqui](#).

Até 20 de outubro



Comissão Europeia oferece assistência técnica a regiões selecionadas da UE para as ajudar a atrair e desenvolver talentos

A Comissão Europeia [oferecerá](#) a 11 regiões da UE assistência técnica para as ajudar a explorar o seu potencial de atração, retenção e desenvolvimento de talentos. Para selecionar estas regiões, a Comissão lançou um [convite à manifestação de interesse](#) para todas as regiões da UE que registam um declínio acelerado da sua população em idade ativa e baixos níveis de ensino superior.

46 regiões de 11 Estados-Membros (Bulgária, Croácia, Chéquia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Itália, Polónia, Portugal e Roménia) terão a oportunidade de apresentar candidaturas no âmbito do convite à manifestação de interesse, entretanto lançado. O **prazo para a apresentação de candidaturas é 20 de outubro de 2023**.

23 de outubro



Conferência sobre a Avaliação da Política de Coesão da UE - desafios e oportunidades

A avaliação é uma dimensão fundamental da Política de Coesão, uma vez que apoia a conceção e a execução das políticas com provas sólidas sobre os resultados e os impactos das intervenções. À medida que surgem cada vez mais abordagens inovadoras

para avaliar melhor estes resultados e impactos, as regras da UE que regem o planeamento e a execução da Política de Coesão também estão a evoluir. Neste contexto, o Tribunal de Contas Europeu irá promover uma [conferência](#) dedicada à temática. Todas as informações sobre o evento poderão ser encontradas [aqui](#).

24 e 25 de outubro



Evento de Investigação em Segurança 2023

O *Security Research Event* (SRE), que [terá lugar](#) durante a Presidência Espanhola do Conselho da UE, é preparado e organizado com o apoio da Suécia e de Espanha. O evento terá lugar em Bruxelas, a 24 e 25 de outubro de 2023, no Centro de Convenções "Square Brussels".

Até 25 de outubro



Abertura do concurso "Ações Marie Skłodowska-Curie (MSCA) e Citizens": 15,4 milhões de euros para aproximar a investigação da educação e da sociedade

As ações "MSCA e Citizens" aproximam a investigação e os investigadores do público em geral. O [prazo de candidatura](#) à organização da Noite Europeia dos Investigadores e dos Investigadores nas Escolas termina a 25 de outubro de 2023. Esta nova ronda de financiamento destinará 15,4 milhões de euros para financiar cerca de 50 projetos, tendo como objetivo organizar duas edições sucessivas da [Noite Europeia dos Investigadores](#) (em 2024 e 2025) e a implementação de atividades de [Investigadores nas Escolas](#) durante dois anos consecutivos.

13 de novembro



Conferência "Uma Só Saúde" - Uma Saúde para Todos, Todos por Uma Saúde

As recentes epidemias e pandemias, em particular a COVID-19, tornaram inequivocamente claro que a saúde humana, animal, vegetal e ambiental não podem ser tratadas separadamente, mas devem ser abordadas no âmbito de uma abordagem "Uma Só Saúde". As suas interdependências têm de ser mais bem reconhecidas e exigem uma abordagem multissetorial, transdisciplinar e integrada. A integração de "Uma Só Saúde" significa que podemos prevenir, prever, preparar, detetar e responder melhor às ameaças globais para a saúde, tanto a nível mundial como da UE. [A Conferência "Uma Saúde para Todos, Todos por Uma Saúde"](#) é uma iniciativa da Direção-Geral da Saúde e da Segurança dos Alimentos da Comissão Europeia.

20 novembro



Impacto ambiental da gestão de resíduos — revisão do quadro da UE em matéria de resíduos

A Diretiva-Quadro Resíduos protege a saúde pública e o ambiente através de uma gestão adequada dos resíduos. Para o efeito, é aplicada a hierarquia de resíduos da UE, que promove a prevenção e a reutilização dos resíduos, em detrimento da sua valorização e eliminação. Esta iniciativa visa melhorar a gestão dos resíduos: reduzindo a produção de resíduos, nomeadamente através da reutilização de produtos ou componentes; reduzindo os resíduos indiferenciados e aumentando a preparação para a reutilização ou reciclagem de resíduos, melhorando a recolha seletiva. Comentários [aqui](#).

4 e 5 de dezembro



FOOD 2030: Sistemas alimentares ecológicos e resiliente

Transformar os sistemas alimentares em prol da sustentabilidade e da resiliência é pertinente e urgente para alcançar os objetivos do Pacto Ecológico Europeu. Os sistemas alimentares são altamente complexos, caracterizados pela incerteza, por múltiplos fatores, impactos e setores interligados, exigindo compromissos. Atuar simultaneamente em muitas frentes é a única chave para o sucesso. O papel da política de investigação e inovação foi finalmente reconhecido como fundamental para desvendar as complexidades e catalisar soluções.

Entre 4 e 5 de dezembro de 2023, a Comissão Europeia organizará uma conferência em Bruxelas intitulada "[Food 2030: sistemas alimentares ecológicos e resilientes](#)" para partilhar as realizações dos projetos da UE relacionados com os sistemas alimentares, explorar futuras orientações de investigação e inovação e alavancas de mudança. A Comissão Europeia pretende reunir um vasto leque de intervenientes e decisores políticos para este evento presencial, que também será transmitido e gravado na Internet para aqueles que não puderem estar presentes.

5 a 8 de dezembro



Jornadas Agroalimentares da UE

A edição inaugural das [Jornadas Agroalimentares da UE](#) terá lugar em Bruxelas, de 5 a 8 de dezembro de 2023, para debates sobre as perspetivas da agricultura europeia, as tendências do mercado, a segurança alimentar, a sustentabilidade e a inovação digital. Este evento internacional reúne agricultores, decisores políticos, líderes empresariais, analistas e especialistas de todo o mundo para promover o diálogo e inspirar ideias transformadoras. [Registe-se aqui](#).



Agricultura e Alimentação

Fórum “Configurar o futuro das zonas rurais”

Desde o seu lançamento em 2021, a [visão a longo prazo para as zonas rurais da UE](#) e o [Pacto Rural](#) ganharam uma dinâmica política a nível da UE, com o Parlamento Europeu, o Comité Económico e Social Europeu ou o Comité das Regiões a elaborar pareceres e a posicionar-se sobre esta iniciativa fundamental para o futuro das zonas rurais europeias. Esta dinâmica está a avançar para os Estados-Membros que estão a estudar a melhor forma de participar e contribuir para a visão e o pacto rurais. O Conselho da União Europeia fez referência à visão rural da UE nas suas conclusões sobre o 8.º relatório sobre a coesão, de 2 de junho de 2022, e nas suas conclusões sobre a bioeconomia, de 25 de abril de 2023.

A Comissão Europeia está a estudar, juntamente com a Presidência espanhola do Conselho da União Europeia, as possibilidades de adotar conclusões do Conselho dedicadas à visão a longo prazo para as zonas rurais da UE, no final de 2023, com base nos ensinamentos retirados dos dois primeiros anos de aplicação da visão rural, em especial o balanço das ações realizadas e programadas no âmbito da política agrícola comum e da política de coesão para 2021-2027.

O [Fórum](#) de Alto Nível sobre Política Rural, que se realizou no passado dia 28 de setembro, foi organizado pela Presidência espanhola do Conselho da União Europeia e pela Comissão Europeia com o Gabinete de Apoio ao Pacto Rural. Ofereceu uma oportunidade para fazer avançar a agenda política para o futuro das zonas rurais, preparar um debate frutuoso no Conselho da UE e ajudar os Estados-Membros a tomarem medidas para libertar o potencial das zonas rurais na consecução dos objetivos da visão a longo prazo para as zonas rurais da UE. Contribui para avançar no sentido de uma maior complementaridade entre os diferentes instrumentos políticos e estratégias. O fórum pode ser revisto [aqui](#).

Missão da UE «Pacto Europeu para os Solos»: 90 milhões de euros para 17 novos projetos a favor de solos saudáveis

A Comissão Europeia [investirá](#) 90 milhões de euros em 17 novos projetos de investigação que contribuam para a [missão da UE: «Pacto Europeu para os Solos»](#). Esses projetos procurarão restaurar e proteger a saúde dos solos para a produção sustentável de alimentos saudáveis, proteger a biodiversidade, reforçar a resiliência às alterações climáticas e contribuir para os objetivos do [Pacto Ecológico Europeu](#).

Os projetos reúnem 314 participantes de 32 países. Além dos Estados-Membros da UE, participam não só países associados ao [Horizonte Europa](#) (Israel, Kosovo, Noruega, Sérvia e Turquia), mas também países não associados (Reino Unido, Estados Unidos, Canadá e Suíça). Os projetos abrangem universidades, institutos de investigação, PME, empresas, ONG e autoridades locais.

Os 17 novos projetos foram selecionados por peritos independentes, na sequência de um convite à apresentação de propostas lançado em 2022, que recebeu 71 candidaturas elegíveis. A maioria dos projetos já está em curso. Os projetos serão geridos pela [Agência de Execução Europeia da Investigação](#) (REA). Criadas no âmbito do programa Horizonte Europa para o período 2021-2027, as [missões da UE](#) são uma nova forma de encontrar soluções concretas para alguns dos maiores desafios da sociedade. A missão da UE «Pacto Europeu para os Solos» foi lançada em setembro de 2021 e visa liderar a transição para restaurar e proteger os solos até 2030. Para

tal, criará uma rede eficaz de 100 laboratórios vivos e estruturas de referência, financiará um ambicioso programa de investigação e inovação com uma forte componente de ciências sociais, desenvolverá um quadro harmonizado para a monitorização dos solos na Europa e sensibilizará os cidadãos para a importância vital dos solos.

Juntamente com a [Estratégia de Proteção do Solo da UE](#), a proposta de [diretiva relativa à monitorização e à resiliência dos solos](#) (Diretiva Monitorização dos Solos), o [Observatório dos Solos da UE](#), a [política agrícola comum](#) (PAC) e outros desenvolvimentos estratégicos, a missão «Pacto Europeu para os Solos» faz parte de um quadro eficaz para concretizar as ambições do [Pacto Ecológico](#). Estas ações desempenham um papel fundamental na proteção da biodiversidade, na obtenção de alimentos e de água saudáveis e no aumento da resiliência contra catástrofes naturais, como incêndios florestais e inundações.

Prémios de Agricultura Biológica da UE: Idanha-a-Nova entre os vencedores

A Comissão Europeia [divulgou](#) os oito vencedores da segunda edição dos Prémios Europeus da Agricultura Biológica. Os vencedores deste ano são intervenientes no setor biológico europeu que representam a excelência ao longo da cadeia de valor da produção biológica. São provenientes da Áustria, Alemanha, Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha. O Município de Idanha-a-Nova / Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento venceu na categoria «Melhor Biodistrito». A ecorregião é o concelho português com a maior área agrícola dedicada à produção biológica, apoiado projetos que reforçam as cadeias de abastecimento curtas e aumentam a oferta de produtos biológicos.

O evento assinala igualmente a celebração do [Dia Europeu da Agricultura Biológica](#), lançado pelo Parlamento Europeu, pelo Conselho e pela Comissão Europeia em 2021. A agricultura biológica é um dos êxitos da agricultura europeia. Trata-se de um setor atrativo para os agricultores da UE, uma vez que traz benefícios ambientais, económicos e sociais. Mais informações neste [artigo](#).

Balança comercial agroalimentar da UE voltou a melhorar em junho

Depois do comércio agroalimentar da UE ter recuperado em maio, o seu valor continuou a aumentar em junho, com as importações a diminuir e as exportações a aumentar ligeiramente, resultando num aumento de 30 % em relação ao mês anterior. A balança comercial da UE atingiu 32,9 mil milhões de euros no período de janeiro a junho de 2023, mais 6,5 mil milhões de euros do que entre janeiro e junho de 2022.

As exportações agroalimentares da UE totalizaram 19,6 mil milhões de euros no mês de junho, enquanto as exportações acumuladas nos primeiros seis meses de 2023 aumentaram 7 % em relação ao mesmo período de 2022, atingindo 115,3 mil milhões de euros.

Os três principais destinos das exportações agroalimentares da UE entre janeiro e junho deste ano foram o Reino Unido, os Estados Unidos e a China. Os três principais países de origem das importações agroalimentares da UE entre janeiro e junho de 2023 foram o Brasil e o Reino Unido, seguidos pela Ucrânia. Mais informações e quadros pormenorizados estão disponíveis [em linha](#).

“Política europeia do vinho deixa um travo amargo”, afirma o TCE

Num relatório publicado no passado dia 26 de setembro, o Tribunal de Contas Europeu (TCE) [mostra](#) preocupação com o efeito das ações previstas pela União Europeia para os viticultores. A política europeia do vinho não só não cumpre os objetivos ambientais, como também não aposta diretamente na competitividade do setor.

O setor vitivinícola da UE tem muitas regras e muitos apoios. Os viticultores receberam cerca de 500 milhões de euros por ano para reestruturar as suas vinhas e ficar mais competitivos. Desde 2016, podem também pedir autorização para plantar mais vinhas. O objetivo é permitir um crescimento controlado do potencial de produção (no máximo 1% por ano) e evitar ao mesmo tempo um excesso de oferta. Na UE, raramente as vinhas são cultivadas de forma ecológica. Apesar dos milhões de euros pagos, no que toca a proteger o ambiente a política europeia do vinho teve muita parra e pouca uva, lamenta o TCE. A medida de reestruturação, que financia a renovação das vinhas, é um bom exemplo de pouca consideração pelos objetivos ecológicos. Na prática, além de não ter canalizado o dinheiro para projetos que reduzem o impacto da viticultura no clima ou no ambiente, pode mesmo ter tido o efeito contrário, como nos casos em que pagou a mudança para castas que precisam de mais água. Outro exemplo que põe água no vinho é que o aumento anual de 1% da área cultivada com vinha, agora permitido por mais 15 anos (até 2045), nunca foi sujeito a uma avaliação ambiental.

O futuro não parece ser muito brilhante, já que a nova Política Agrícola Comum (PAC) continua a ter pouca ambição ambiental no setor do vinho. No passado, o TCE recomendou que os pagamentos aos agricultores (incluindo os viticultores) estivessem claramente ligados a obrigações ambientais. No entanto, a nova PAC já não exige essas condições para financiar a reestruturação. Além disso, os países da UE só têm de utilizar um mínimo de 5% das verbas que recebem para o setor vitivinícola em ações relacionadas com as alterações climáticas, o ambiente e a sustentabilidade. O TCE considera que 5% é muito pouco, já que, numa nova PAC que é mais ecológica, 40% do dinheiro deve ser usado para objetivos climáticos.

A política da UE também não conseguiu tornar os viticultores mais competitivos. Nos cinco países auditados, financiam-se os projetos sem olhar ao seu conteúdo ou ambição e sem ter em conta nenhum critério para aumentar a competitividade. Também se pagam alterações não estruturais ou renovações normais de vinhas, ações que não têm direito a apoios. Para piorar, os beneficiários não são obrigados a comunicar de que forma a reestruturação os tornou mais competitivos, e nem a Comissão Europeia nem os Estados-Membros avaliam se os projetos apoiados contribuem mesmo para esse fim. O regime de autorizações de plantação também sofre de mau vinho. Primeiro, o aumento máximo anual de 1% foi proposto e aprovado sem qualquer justificação, nem qualquer análise para

avaliar se era adequado e fazia sentido. Segundo, na altura de dar as autorizações, entre os critérios usados para saber se os viticultores têm direito a elas e se têm prioridade, são muito poucos os que se referem à competitividade.

Resíduos alimentares per capita na UE mantiveram-se estáveis em 2021

Em 2021, foram [desperdiçados](#) na UE cerca de 131 quilogramas (kg) de alimentos por habitante. No total, a UE produziu 58,4 milhões de toneladas de resíduos alimentares, que incluem partes comestíveis e não comestíveis. Destacam-se os resíduos domésticos: 54% da quantidade total de resíduos alimentares, o equivalente a 70 kg por habitante. Os restantes 46% foram resíduos gerados a montante na cadeia de abastecimento alimentar: 21% no grupo do fabrico de produtos alimentares e bebidas (28 kg), 9% nos restaurantes e serviços alimentares (12 kg), 9% na produção primária (11 kg) e 7% no grupo do comércio retalhista (9 kg).



Ambiente

Proteger o ambiente e a saúde: Comissão adota medidas para restringir os microplásticos adicionados intencionalmente

A Comissão Europeia [deu](#) um mais passo importante na proteção do ambiente ao adotar medidas que restringem os microplásticos adicionados intencionalmente a produtos, ao abrigo da legislação da UE em matéria de produtos químicos, REACH. As novas regras evitarão a libertação para o ambiente de cerca de meio milhão de toneladas de microplásticos. As novas regras proibirão a venda de microplásticos enquanto tal e de produtos aos quais tenham sido adicionados intencionalmente microplásticos e que libertem esses microplásticos ao serem utilizados. Em casos devidamente justificados, aplicam-se derrogações e períodos de transição para que as partes afetadas se adaptem às novas regras.

A restrição adotada utiliza uma definição lata de microplásticos — abrange todas as partículas de polímeros sintéticos com menos de cinco milímetros que sejam orgânicas, insolúveis e resistentes à degradação. O objetivo é reduzir as emissões de microplásticos intencionais do maior número possível de produtos. Os produtos utilizados em instalações industriais ou que não libertam microplásticos durante a utilização são objeto de derrogação à proibição de venda, mas os seus fabricantes terão de fornecer instruções sobre a forma de utilizar e eliminar o produto de modo a evitar emissões de microplásticos.

As primeiras medidas, como por exemplo a proibição de purpurinas soltas e microesferas, começarão a ser aplicadas quando a restrição entrar em vigor, no prazo de 20 dias. Noutros casos, a proibição de venda será aplicável após um período mais longo, para que as partes interessadas tenham o tempo necessário para desenvolverem alternativas e passarem a usá-las.

Águas residuais urbanas: Comissão insta Portugal a cumprir a legislação da UE

A Comissão Europeia [decidiu](#) enviar um parecer fundamentado a Portugal (INFR (2022)2028) por não ter cumprido as obrigações impostas pela Diretiva Tratamento de Águas Residuais Urbanas da UE ([Diretiva do Conselho 91/271/CEE](#)). A fim de proteger a qualidade da água e os ecossistemas aquáticos, é exigida aos Estados-Membros a criação das infraestruturas necessárias para captar e tratar as águas residuais urbanas. As águas residuais não captadas ou não tratadas podem pôr em risco a saúde humana e poluir os lagos, os rios, o solo e as águas costeiras e subterrâneas. O [Pacto Ecológico Europeu](#), com o seu objetivo ambicioso de [Poluição Zero](#), apela à redução da poluição do ar, da água e do solo para níveis considerados não nocivos para a saúde humana e os ecossistemas naturais.

O parecer fundamentado hoje enviado respeita a 18 aglomerações em Portugal. Em 15 dessas aglomerações, Portugal não garante o tratamento secundário ou equivalente das águas residuais urbanas lançadas nos sistemas de captação antes da descarga. Em três delas, as águas residuais são descarregadas em zonas sensíveis sem serem sujeitas a um tratamento (terciário) mais rigoroso. A Comissão enviou uma [carta de notificação para cumprir](#) a Portugal em julho de 2022. Apesar de alguns progressos, não foi ainda alcançada a plena conformidade. Por conseguinte, a Comissão decidiu enviar um parecer fundamentado a Portugal, que dispõe agora de dois meses para responder e adotar as medidas necessárias. Caso contrário, a Comissão poderá instaurar uma ação.

Gestão da água: Comissão insta Bulgária, Chipre, Irlanda, Espanha, Malta, Portugal, Eslováquia e Eslovénia a concluírem a revisão dos seus planos de gestão da água

Bulgária (INFR(2022)2189), **Chipre** (INFR(2022)2190), **Irlanda** (INFR(2022)2185), **Espanha** (INFR(2022)2192), **Malta** (INFR(2022)2195), **Portugal** (INFR(2022)2197), **Eslováquia** (INFR(2022)2187) e **Eslovénia** (INFR(2022)2199)) foram instigados pela Comissão Europeia a concluírem a revisão dos seus planos de gestão das bacias hidrográficas, como exigido pela Diretiva-Quadro da Água ([Diretiva 2000/60/CE](#)) e/ou os planos de gestão dos riscos de inundações como previsto na Diretiva Inundações ([Diretiva 2007/60/CE](#)).

Ambas as diretivas exigem que os Estados-Membros revejam, atualizem e comuniquem esses planos de seis em seis anos. Os planos de gestão das bacias hidrográficas incluem um programa de medidas para garantir o bom estado de todas as massas de água. Os planos de gestão dos riscos de inundações são estabelecidos com base em mapas que mostram as potenciais consequências adversas associadas aos cenários de inundação.

Em fevereiro de 2023, a Comissão enviou [cartas de notificação para cumprir](#) instando estes Estados-Membros a cumprirem as suas obrigações e a concluírem a revisão dos seus planos relativos à água. No entanto, os Estados-Membros em causa continuam a não cumprir as obrigações impostas por uma ou ambas as diretivas. **A Bulgária, Chipre, Espanha, Malta e Portugal** estão atrasados na revisão, adoção e comunicação dos terceiros planos de gestão das bacias hidrográficas e dos segundos planos de gestão dos riscos de

inundações; **A Irlanda e a Eslovénia** estão atrasadas na revisão, adoção e comunicação dos terceiros planos de gestão das bacias hidrográficas; **A Eslováquia** está atrasada na revisão, adoção e comunicação do segundo plano de gestão dos riscos de inundações.

A legislação da UE relativa à água tem de ser plenamente aplicada para alcançar os objetivos da UE em matéria de economia circular, biodiversidade, poluição zero e alterações climáticas. Por conseguinte, a Comissão decidiu enviar um parecer fundamentado a estes oito Estados-Membros, que dispõem agora de dois meses para responder e adotar as medidas necessárias. Na ausência de uma resposta satisfatória, a Comissão poderá intentar uma ação contra os Estados-Membros no Tribunal de Justiça da União Europeia.



Coesão e Solidariedade Interna

Reunião ministerial informal sobre a política de coesão da UE

Nos dias 28 e 29 de setembro, [realizou-se](#) em Múrcia a reunião ministerial informal sobre assuntos gerais e política de coesão para debater questões como o alargamento da UE, a Autonomia Estratégica Aberta (AEA), e a Política de Coesão pós 2027, a chamada Coesão 2.0.

Refugiados ucranianos: Estados-Membros da UE acordam em prorrogar a proteção temporária

A fim de proporcionar segurança a mais de 4 milhões de refugiados ucranianos que [vivem](#) atualmente na UE, o Conselho acordou em prorrogar de 4 de março de 2024 a 4 de março de 2025 a proteção temporária das pessoas que fogem da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia. O mecanismo de proteção temporária foi ativado em 4 de março de 2022 – apenas alguns dias depois de as forças armadas russas lançarem uma invasão em larga escala da Ucrânia – e foi automaticamente prorrogado por um ano.

Na sequência do acordo político, o Conselho terá de adotar formalmente a decisão de prorrogar a proteção temporária, o acontecerá assim que a sua revisão jurídica e tradução para todas as línguas da UE tenha tido lugar. A proteção temporária é um mecanismo de emergência da UE que é ativado em circunstâncias excecionais de fluxo maciço. A diretiva da UE relativa à proteção temporária foi adotada em 2001, na sequência das deslocações em grande escala que se verificaram na Europa devido aos conflitos armados nos Balcãs Ocidentais, em especial a partir da Bósnia-Herzegovina e do Kosovo.



Cultura e Comunicação

Dia Europeu das Línguas celebra professores de línguas e diversidade linguística

Celebra-se a 26 de setembro o Dia Europeu das Línguas, uma oportunidade anual para sensibilizar para a aprendizagem de línguas e a diversidade linguística, com especial destaque para o papel dos professores de línguas. Muitos institutos, associações, universidades e escolas de línguas e culturais participaram em mais de 70 eventos locais e nacionais organizados em toda a UE. O dia [ficou](#) marcado por uma conferência em linha sobre o ensino de competências linguísticas, na qual o comissário do Orçamento e Administração, Johannes Hahn, proferiu um discurso.



Defesa e Segurança

Mecanismo Europeu de Apoio à Paz: Conselho adota medida de assistência em apoio às Forças Armadas do Benim

O Conselho [adotou](#) uma medida de assistência ao abrigo do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz no valor de 11,75 milhões de euros para apoiar as Forças Armadas do Benim. Destinar-se-á, em especial, a apoiar a operação Mirador destacada no norte do Benim desde 2022. Com esta medida de assistência, a UE disponibilizará aeronaves de informação, vigilância e reconhecimento (ISR) e sistemas aéreos não tripulados, incluindo peças sobresselentes e formação em manutenção, no pleno respeito do direito internacional aplicável, em especial o direito internacional em matéria de direitos humanos e o direito internacional humanitário.

O Mecanismo Europeu de Apoio à Paz foi criado em março de 2021 para financiar todas as ações da política externa e de segurança comum (PESC) no domínio militar e da defesa, tendo como objetivo prevenir conflitos, preservar a paz e reforçar a segurança e a estabilidade internacionais. Em particular, o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz permite à UE financiar ações destinadas a reforçar as capacidades de Estados terceiros e de organizações regionais e internacionais em aspetos militares e de defesa.



Educação e Opinião Pública

Educação: vencedores do Prémio Europeu Ensino Inovador 2023 trazem novas ideias para as práticas de ensino

93 projetos [receberam](#) o Prémio Europeu de Ensino Inovador 2023, uma iniciativa criada pela Comissão. Estes 93 projetos, premiados em mais de 30 países da União Europeia, abrangem uma vasta gama de assuntos em torno do tema do ano "Educação e Inovação". Estes projetos incluem: a utilização inovadora de tecnologias novas e emergentes, a integração de ferramentas digitais nas práticas de ensino, a utilização da realidade virtual 3D, a aplicação de soluções móveis na educação e muito mais.

Os projetos, selecionados pela rede de agências nacionais Erasmus+, foram divididos em quatro categorias específicas: 15 projetos na categoria de educação e acolhimento na primeira infância, 23 projetos na categoria de ensino primário, 28 projetos na categoria de ensino secundário e 27 projetos na categoria de ensino profissional e escolas de formação.

Aprendizagem de línguas estrangeiras aumenta entre os estudantes da UE

A maioria dos alunos do ensino primário e secundário na UE [estuda](#) pelo menos uma língua estrangeira: em 2021, 86,3 % dos alunos do ensino primário, 98,5 % dos alunos do ensino secundário inferior e 91,0 % do ensino secundário superior. Em 2021, 61,0% dos alunos do ensino secundário geral (nível 34 da CITE) estudaram duas ou mais línguas estrangeiras como disciplinas obrigatórias ou como opções curriculares obrigatórias, mais 2,6 pontos percentuais (pp) do que em 2013 (58,4%). No ensino profissional secundário superior (nível 35 da CITE), esta percentagem foi de 34,9%, +0,8 pontos percentuais (pp) do que em 2013 (34,1%).

No Luxemburgo e em França, todos os alunos do ensino secundário geral estudaram duas ou mais línguas estrangeiras. A Chéquia, a Roménia e a Eslováquia também registaram uma grande percentagem de alunos que estudam duas ou mais línguas (todos 99%). Estes países da UE foram seguidos de perto pela Estónia (97%), Eslovénia e Finlândia (ambas com 96%). No que diz respeito ao ensino secundário profissional, a Roménia foi o único país da UE onde quase todos os alunos (97%) estudaram duas ou mais línguas estrangeiras em 2021. Segue-se a Finlândia (82%), a Polónia (77%) e o Luxemburgo (75%).

Em 2021, o inglês era a língua estrangeira mais estudada no ensino secundário geral e profissional na UE, com 96,8% e 78,6% dos alunos a aprendê-la, respetivamente. Em termos de ensino geral, o espanhol ficou em segundo lugar (26,8%), seguido do francês (22,3%), do alemão (21,8%) e do italiano (3,2%). Além disso, o russo foi a língua não comunitária mais aprendida na UE (2,8%), especialmente na Estónia (66%) e na Letónia (59%), seguidas da Lituânia (28%) e da Bulgária (25%). No ensino profissional, a língua alemã surge em segundo lugar (17,9%), seguida do francês (16,4%), do espanhol (7,0%) e do russo (2,2%). Neste caso, o russo foi aprendido sobretudo na Letónia (42%), na Bulgária (30%) e em Chipre (15%).



Economia e Mercado

Comunicação da Comissão Europeia sobre o pacote de medidas de apoio às PME

As pequenas e médias empresas (PME) [são](#) fundamentais para o tecido económico e social da Europa. Os 24 milhões de PME europeias representam 99 % de todas as empresas da UE, garantem dois terços dos postos de trabalho no setor privado da UE e estão fortemente enraizadas nas comunidades locais, em especial nas zonas rurais. Representam mais de metade do valor acrescentado do setor empresarial não financeiro da UE e proporcionam um terreno fértil para a inovação, a diversidade e a igualdade na Europa. As PME são essenciais para as transições ecológica e digital da Europa e para a sua prosperidade a longo prazo. Como tal, as PME têm sido um elemento constante nas políticas da Comissão, em especial desde o lançamento da Estratégia para as PME de 2020.

No âmbito do atual quadro financeiro plurianual (2021-2027) e do *NextGenerationEU*, a Comissão prevê disponibilizar mais de 200 mil milhões de euros às PME através dos seus vários programas de financiamento. Num período de crises sucessivas, a recuperação sustentada e a resiliência das PME têm sido uma prioridade essencial. O Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) concede um apoio sem precedentes às PME até 45 mil milhões de euros, além de um montante total de 65 mil milhões de euros a título dos fundos da política de coesão. As PME foram também as principais beneficiárias do instrumento europeu de apoio temporário para atenuar os riscos de desemprego em situação de emergência (SURE), concebido para proteger os postos de trabalho e os rendimentos afetados pela pandemia do coronavírus.

Com o presente pacote de medidas de apoio às PME, a Comissão pretende garantir um apoio a curto prazo, reforçar a competitividade e a resiliência das PME a longo prazo e promover condições de negócio equitativas e propícias às PME. O pacote de medidas inclui: uma proposta de regulamento relativo aos atrasos de pagamento; uma proposta de diretiva relativa à simplificação fiscal para as PME; um conjunto de medidas para facilitar a atividade das PME, melhorar o acesso ao financiamento e a mão de obra qualificada e apoiar as PME ao longo do seu ciclo de vida.

UE apela a um maior acesso ao mercado e à concorrência leal no diálogo de alto nível UE-China

O vice-presidente executivo da Comissão Europeia, Valdis Dombrovskis, e o vice-presidente do Conselho de Estado, He Lifeng, [copresidiram](#) ao 10.º Diálogo Económico e Comercial de Alto Nível UE-China. Este diálogo constitui a principal plataforma para a UE e a China debaterem questões económicas e financeiras, bem como a cooperação comercial e de investimento.

Especificamente, ambas as partes debateram a situação macroeconómica na UE, na China e a nível mundial. O vice-presidente executivo Valdis Dombrovskis salientou, em particular, o impacto do ataque não provocado da Rússia contra a Ucrânia nas perspetivas de crescimento económico mundial, bem como na segurança alimentar e energética. Ambas as partes debateram questões relativas ao acesso ao mercado e à cadeia de abastecimento, em que o vice-presidente executivo Valdis Dombrovskis apelou à realização de progressos em relação às preocupações da UE em matéria de acesso ao mercado chinês e ao reequilíbrio das relações económicas e comerciais entre a UE e a China com base na transparência, na previsibilidade e na reciprocidade, bem como a potenciais formas de reforçar a cooperação multilateral.



Melhorar a qualidade dos estágios: Comissão lança a segunda fase da consulta aos parceiros sociais

A Comissão Europeia lançou a segunda fase da consulta dos parceiros sociais europeus com vista a atualizar o [quadro de qualidade da UE para os estágios em 2014](#). Esta iniciativa surge na sequência da conclusão, em 15 de setembro, da [primeira fase da consulta](#), que obteve respostas de 13 parceiros sociais europeus. Com base nestas respostas, a Comissão considerou que poderiam ser tomadas medidas adicionais a nível da UE para melhorar o quadro atual. O quadro existente estabelece 21 princípios para os Estados-Membros garantirem estágios de qualidade, incluindo acordos de estágio escritos, objetivos de aprendizagem claramente definidos e informação transparente sobre remuneração e proteção social.



InvestEU: 1,7 mil milhões de euros do BEI para centrais solares em Espanha, Itália e Portugal

O Banco Europeu de Investimento [aprovou](#) um quadro de financiamento de um valor que pode ir **até 1,7 mil milhões de euros a favor da Solaria**, a fim de apoiar a construção de cerca de **120 centrais fotovoltaicas** localizadas principalmente em **Espanha, bem como em Itália e Portugal**. O projeto é apoiado pelo programa *InvestEU*. As centrais fotovoltaicas terão uma capacidade total de **cerca de 5,6 GW** e produzirão cerca de 9,29 TWh por ano. Prevê-se que as centrais entrem em funcionamento até ao final de 2028.

Esta operação apoiará a consecução dos objetivos políticos da UE no âmbito do [Pacto Ecológico Europeu](#) e do [Plano REPowerEU](#), fornecendo eletricidade equivalente à procura média anual de cerca de **2,5 milhões de agregados familiares e reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa em cerca de 3 milhões de toneladas de CO₂ por ano**. Mais de um terço da capacidade instalada situar-se-á em regiões menos desenvolvidas.

Trata-se de regiões com um PIB *per capita* inferior a 75 % da média da UE. De acordo com as estimativas do BEI, o projeto irá aumentar significativamente o emprego nas zonas em que as centrais serão construídas, **criando cerca de 11 100 postos de trabalho por ano durante a fase de construção**. A operação tem uma estrutura de financiamento de projetos a longo prazo que envolve a assinatura de vários empréstimos, em que as instituições financeiras poderão participar no âmbito do quadro de financiamento. O **primeiro empréstimo ao abrigo deste quadro de financiamento foi assinado** num montante total de 278 milhões de euros para a construção de centrais fotovoltaicas com uma capacidade total de cerca de 1,08 GW.

Importações de produtos energéticos da UE continuaram a diminuir no segundo trimestre de 2023

Após um forte aumento das importações de energia na UE entre 2021 e 2022, o cenário é diferente em 2023, com as importações a caírem pelo segundo trimestre consecutivo em comparação com o mesmo período do ano anterior. No segundo trimestre de 2023, em comparação com o mesmo trimestre de 2022, as importações da UE [diminuíram](#) 39,4 % em termos de valor e 11,3 % em termos de massa líquida (peso expresso em toneladas). Estes resultados seguem descidas de 26,5 % e 6,1 %, respetivamente, no primeiro trimestre deste ano.

Em termos de massa líquida, as quotas da Rússia nas importações de óleos de petróleo e gás natural da UE têm vindo a diminuir continuamente ao longo do tempo desde o segundo trimestre de 2022. As importações de óleos de petróleo provenientes da Rússia diminuíram de uma média mensal de 8,7 milhões de toneladas no segundo trimestre de 2022 para 1,6 milhões de toneladas no segundo trimestre deste ano (-82 %), mas, em contrapartida, as importações provenientes dos parceiros extra-UE, exceto a Rússia, aumentaram 5,8 milhões de toneladas, de 31,5 milhões para 37,3 milhões de toneladas.

A quota da Rússia no total das importações de óleos de petróleo da UE foi de 4,0 % no segundo trimestre de 2023, uma diferença surpreendente em relação à quota de 21,6 % registada no mesmo trimestre do ano passado. As importações de gás natural da UE diminuíram significativamente (-17 % em termos de massa líquida) no segundo trimestre de 2023, em comparação com o mesmo trimestre de 2022. Esta redução poderá ter sido desencadeada pelo plano de redução da UE, em que os países da UE se comprometeram a reduzir o consumo de gás. As importações de gás natural da Rússia diminuíram de uma média mensal de 5,1 milhões de toneladas no segundo trimestre de 2022 para 2,5 milhões de toneladas no segundo trimestre de 2023.

No segundo trimestre de 2022, a Rússia era o principal fornecedor de óleos de petróleo, com uma quota de 15,9 % do total das importações da UE. No segundo trimestre de 2023, a Rússia ocupava apenas o 12.º lugar, com uma quota de 2,7 %, uma descida de 13,2 pontos percentuais (pp) em comparação com 2022. Em contrapartida, a Noruega (+3,5 p.p. até 13,7%), o Cazaquistão (+3,2 p.p. até 10,2%), os Estados Unidos (+2,1 p.p. até 13,6%) e a Arábia Saudita (+2,3 p.p. até 9,0%) viram a sua quota aumentar durante o mesmo período, e a Líbia tornou-se um parceiro importante, representando 8,1% das importações de petróleo da UE.



Violação dos valores europeus: como a UE pode agir?

A União Europeia [assenta](#) em [valores comuns](#) que unem países e povos. Estes valores estão consagrados na parte inicial do Tratado da União Europeia, no artigo 2º. Incluem o respeito pela dignidade humana, a liberdade, a democracia, a igualdade, o Estado de direito e o respeito pelos direitos humanos. Uma **violação dos valores europeus** por um Estado-Membro justifica uma reação ao nível da UE.

O Estado de direito é um dos valores da UE e um princípio fundamental nos Estados democráticos, uma vez que contribui para garantir a equidade e a transparência, entre outros. O princípio do Estado de direito significa que os governos devem estar **legalmente vinculados, não devem tomar decisões arbitrárias** e que os cidadãos devem poder **contestar as suas ações** em tribunais independentes.

Ele consagra também a **luta contra a corrupção** - a qual favorece injustamente alguns em detrimento de outros, e a salvaguarda da [liberdade dos meios de comunicação social](#), assegurando assim que o público seja **devidamente informado** sobre a ação governamental. Nos últimos anos, o Parlamento Europeu tem alertado para o agravamento da situação do Estado de direito em alguns Estados-Membros. Os eurodeputados têm apelado repetidamente à Comissão Europeia e aos Estados-Membros para que protejam os valores e o orçamento da UE.

O **procedimento descrito no artigo 7.º do Tratado da União Europeia** foi introduzido pelo Tratado de Amesterdão em 1997. Inclui dois mecanismos **para proteger os valores da UE**: um com **medidas preventivas** quando existe um risco manifesto de violação grave dos valores da UE; e um **mecanismo de sanções** no caso de violação verificada dos valores da UE. Embora as possíveis sanções contra o Estado-Membro não estejam claramente definidas nos Tratados, podem incluir a suspensão do direito de voto no Conselho e no Conselho Europeu. Em ambos os mecanismos, a decisão final tem de ser tomada pelos representantes dos Estados-Membros no Conselho.

Se a Comissão considerar que um Estado-Membro está a violar o direito da UE, ou seja, que não está a aplicar as regras acordadas a nível da UE, poderá iniciar **processos por infração** no Tribunal de Justiça Europeu que, por sua vez, podem conduzir a sanções financeiras contra o país em questão. O Parlamento está a prestar muita atenção à situação do Estado de direito nos Estados-Membros, preparando relatórios que destacam os problemas e apelam à ação, incluindo o [relatório sobre os direitos fundamentais em 2020 e 2021](#). Desde 2020, a Comissão Europeia publica um [relatório anual sobre o Estado de direito](#) que acompanha a evolução positiva e negativa do Estado de direito em todos os Estados-Membros.

Pacote de procedimentos de infração de setembro: principais decisões

Regularmente, a Comissão Europeia [toma](#) decisões relativas a procedimentos de infração iniciados contra os Estados-Membros que não cumprem as obrigações que lhes são impostas pelo direito da UE. Essas decisões, que abrangem vários setores e domínios políticos da UE, visam assegurar a correta aplicação do direito da UE em benefício dos cidadãos e das empresas. As principais decisões tomadas pela Comissão são apresentadas mais abaixo, por domínio político. A Comissão decidiu também encerrar 135 procedimentos, uma vez que os problemas identificados nos Estados-Membros em causa foram resolvidos e não foi necessário dar-lhes continuidade. Para mais informações sobre os procedimentos de infração da UE, consultar a secção [Perguntas Frequentes](#). Para mais informações sobre um procedimento específico, consultar o [registo de decisões sobre procedimentos de infração](#).



Igualdade de género, LGBTIQ, Inclusão Social, Direitos Humanos e Migrações

UE continua a prestar a tão necessária assistência aos refugiados e às comunidades de acolhimento na Turquia

Em 2022, a União Europeia, através do [Mecanismo em Favor dos Refugiados na Turquia](#), [continuou](#) a apoiar os refugiados e as comunidades de acolhimento na Turquia. Como conclui o [Sétimo Relatório Anual do Mecanismo](#) recentemente publicado, foram realizados progressos importantes em domínios fundamentais como as necessidades básicas, a educação, a saúde, o apoio socioeconómico, as infraestruturas municipais e o reforço da gestão das fronteiras, em estreita cooperação com as autoridades turcas.

Desde 2011, a UE afetou cerca de 10 mil milhões de euros para ajudar os refugiados e as comunidades de acolhimento na Turquia. Desembolsou mais de 5 mil milhões de euros desde 2016 ao abrigo do Mecanismo em Favor dos Refugiados na Turquia, tendo já sido autorizados 2,2 mil milhões de euros dos 3 mil milhões de euros adicionais atribuídos até 2023. O remanescente será programado em 2023 e abordará igualmente as consequências dos terremotos devastadores de fevereiro de 2023.

Combate à violência contra as mulheres: Convenção de Istambul entra em vigor na UE

A 1 de outubro, a Convenção de Istambul [entrará](#) em vigor na UE. A Convenção de Istambul é um quadro jurídico abrangente destinado a proteger as mulheres contra todas as formas de violência. O seu objetivo é prevenir, processar e eliminar a violência contra as mulheres e a violência doméstica, bem como aplicar políticas abrangentes e coordenadas.



Indústria

Propriedade intelectual: Conselho adota duas posições sobre a legislação em matéria de proteção de desenhos ou modelos

O Conselho [adotou](#) as suas posições ("orientações gerais") sobre a proposta de revisão do pacote legislativo relativo aos desenhos ou modelos: a diretiva relativa à proteção legal de desenhos ou modelos e o regulamento relativo aos desenhos ou modelos comunitários. Ao atualizarem a legislação relativa aos desenhos ou modelos em vigor há 20 anos, os novos textos visam facilitar a proteção dos desenhos ou modelos industriais e adaptar a legislação da UE neste domínio aos desafios do mundo digital e da impressão 3D.

As indústrias de utilização intensiva de desenhos ou modelos representam quase 16 % do PIB e 14 % de todos os empregos na União. Em 10 de novembro de 2020, o Conselho convidou a Comissão a apresentar propostas para modernizar os sistemas de proteção de desenhos ou modelos da UE, que levavam já quase 20 anos de existência. Em 28 de novembro de 2022, a Comissão publicou um pacote de medidas que continha duas propostas: um regulamento que altera o Regulamento (CE) n.º 6/2002 do Conselho relativo aos desenhos ou modelos comunitários e uma diretiva relativa à proteção legal de desenhos ou modelos (reformulação da Diretiva 98/71/CE).

Emissões industriais: Comissão insta Portugal a melhorar as regras em matéria de poluição de atividades industriais

A Comissão Europeia decidiu enviar um parecer fundamentado (INFR(2022)2085) instando Portugal a harmonizar a sua legislação nacional com a Diretiva Emissões Industriais ([Diretiva 2010/75/UE](#)). As atividades industriais têm um impacto significativo no ambiente. A Diretiva Emissões Industriais estabelece regras destinadas a prevenir e reduzir as emissões industriais nocivas para a atmosfera, a água e o solo, e evitar a produção de resíduos.

A definição de «substâncias perigosas» na legislação portuguesa não está em conformidade com a diretiva. Além disso, a legislação portuguesa não obriga claramente os operadores de instalações industriais a informarem imediatamente a autoridade competente em caso de incidente ou acidente. Outras obrigações, nomeadamente em matéria de reexame e atualização das condições de licenciamento, e de acesso à informação e participação do público interessado nos processos de licenciamento, também não foram corretamente transpostas. A Comissão enviou uma [carta de notificação para cumprir a Portugal](#) em setembro de 2022. Desde então, não foi alcançada a plena conformidade. Por conseguinte, a Comissão decidiu enviar um parecer fundamentado a Portugal, que dispõe agora de dois meses para responder e adotar as medidas necessárias. Caso contrário, a Comissão poderá instaurar uma ação no Tribunal de Justiça da União Europeia.



Instituições

Conselho Europeu estabelece composição do Parlamento Europeu

O Conselho Europeu [adotou](#) uma decisão sobre a composição do Parlamento Europeu. A decisão fixa o número de representantes de cada Estado-Membro a eleger para o Parlamento Europeu para a legislatura de 2024-2029. A decisão fixa o número de lugares no Parlamento Europeu em 720 tendo em conta as alterações demográficas nos Estados-Membros da UE.

Foram atribuídos os seguintes lugares adicionais: Bélgica (+1), Dinamarca (+1), Irlanda (+1), Espanha (+2), França (+2), Letónia (+1), Países Baixos (+2), Áustria (+1), Polónia (+1), Eslovénia (+1), Eslováquia (+1), Finlândia (+1). Na sua decisão, o Conselho Europeu convidou a autoridade orçamental e a Comissão a assegurar que o aumento do número de lugares previsto nesta decisão seja neutro do ponto de vista orçamental no âmbito da secção 1 do orçamento geral da União.

Segundo o Tratado da União Europeia, o número de deputados do Parlamento Europeu não pode ser superior a setecentos e cinquenta (750), mais o Presidente (+1). O Tratado prevê que a representação seja degressivamente proporcional, com um limiar mínimo de seis (6) membros por Estado-Membro, não podendo ser atribuídos a nenhum Estado-Membro mais do que noventa e seis (96) lugares. A decisão permitirá que os Estados-Membros adotem as medidas internas necessárias à organização das eleições para o Parlamento Europeu para a legislatura 2024-2029.

Procuradoria Europeia: Conselho nomeia nova procuradora europeia

O Conselho [nomeou](#) uma nova procuradora europeia para a Procuradoria Europeia: Miranda DE MEIJER. O seu mandato, não renovável e com a duração de seis anos, terá início em 1 de novembro de 2023. Esta nomeação tem lugar no contexto da renovação parcial do Colégio da Procuradoria Europeia. Como parte do regime transitório previsto para o primeiro mandato a seguir à criação da Procuradoria Europeia, os procuradores europeus de um terço dos Estados-Membros, designados por sorteio, exerceriam um mandato de três anos, não renovável, a fim de escalonar a renovação do Colégio da Procuradoria Europeia. Foi o caso dos procuradores da Áustria, de Chipre, da Grécia, de Itália, da Lituânia, dos Países Baixos, de Portugal e da Espanha. Já foram nomeados sete procuradores europeus em 27 de junho e 20 de julho. Com esta decisão, o Conselho conclui o processo de nomeação dos oito procuradores europeus envolvidos na substituição parcial do Colégio da Procuradoria Europeia.



Investigação e inovação científica, ciência

Noite Europeia dos Investigadores: o maior evento científico da Europa realiza-se em 27 países

A Noite Europeia dos Investigadores, o maior evento europeu de promoção do mundo da ciência, [realiza-se](#), esta sexta-feira, em 27 países, incluindo vários Estados-Membros da UE e países associados ao Horizonte Europa. As crianças, os jovens e as famílias terão a oportunidade de descobrir o trabalho dos investigadores através de atividades lúdicas, como apresentações científicas, experiências práticas, jogos e concursos. O evento, que atrai mais de um milhão e meio de visitantes todos os anos, mostra a diversidade da investigação e da inovação europeias e o seu impacto na vida quotidiana das pessoas, e aproxima os cientistas do grande público para estimular o interesse pelas carreiras de investigação, em especial entre os jovens.



Juventude

25% das crianças em risco de pobreza ou exclusão social em 2022

Em 2022, 24,7% (quase 20 milhões) das crianças (com menos de 18 anos) na UE [estavam](#) em risco de pobreza ou exclusão social. Em comparação com 2021, esta percentagem aumentou ligeiramente em 0,3 pontos percentuais (pp). A nível nacional, em 2022, os valores mais elevados foram registados na Roménia (41,5 %), na Bulgária (33,9 %) e em Espanha (32,2 %). Em contrapartida, a Eslovénia (10,3 %), a Chéquia (13,4 %) e a Dinamarca (13,8 %).

Jovens da UE: 25% empregados enquanto estudam

Em 2022, 72% dos jovens europeus (com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos) [permaneceram](#) fora da população ativa durante o ensino formal. Outros 25% estavam empregados, enquanto 3% estavam disponíveis para emprego e procuravam ativamente emprego (desempregados) enquanto frequentavam o ensino formal. A dinâmica da transição dos jovens do ensino formal para o mercado de trabalho varia significativamente entre os países da UE. Estas disparidades podem ser influenciadas pelos sistemas educativos nacionais, pela disponibilidade de formação, pelas características do mercado de trabalho e por fatores culturais.

Apesar de um quarto dos jovens europeus estar empregado enquanto estuda, esta estatística esconde diferenças nacionais substanciais. A nível nacional, as percentagens mais elevadas de jovens empregados durante o ensino formal foram observadas nos Países Baixos (73%), na Dinamarca (52%) e na Alemanha (45%). Em contrapartida, a Roménia (2%), a Eslováquia (5%) e a Hungria (6%) registaram as percentagens mais baixas.

As percentagens mais elevadas de jovens no ensino formal que estão disponíveis para emprego e que procuram ativamente emprego registaram-se na Suécia (13%), na Finlândia (7%) e nos Países Baixos (6%). Inversamente, a Hungria, a Chéquia, a Roménia, a Croácia, a Polónia e a Lituânia tinham menos de 1% de jovens (com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos) à procura de emprego, ao mesmo tempo que apresentavam uma das percentagens mais elevadas de estudantes fora da população ativa.

Literacia financeira: Comissão publica quadro conjunto UE/OCDE de competências financeiras para crianças e jovens

A Comissão Europeia [publicou](#) um [quadro conjunto UE/OCDE de competências financeiras para crianças e jovens](#). O quadro foi concebido para ajudar a melhorar a literacia financeira dos jovens, de modo que estes estejam preparados para tomar decisões financeiras pessoais bem informadas.

O objetivo do quadro é estabelecer um entendimento comum entre os Estados-Membros e os profissionais sobre as competências essenciais de literacia financeira de que as crianças e os jovens necessitam. Nessa base, o quadro pode apoiar o desenvolvimento de políticas, programas e material didático de literacia financeira por parte dos intervenientes públicos, privados e sem fins lucrativos.

A Comissão e a OCDE concentrar-se-ão agora em incentivar e apoiar a adoção do quadro pelas autoridades nacionais, profissionais e outras partes interessadas. A eficácia do quadro depende do estabelecimento de um entendimento comum da literacia financeira entre as diversas partes interessadas nos Estados-Membros e da sua vontade de utilizar o quadro e contribuir ativamente para aumentar o impacto das políticas e iniciativas de literacia financeira.



Mar e Pescas

Luta contra a pesca ilegal: Comissão identifica Trindade e Tobago como país não cooperante

A Comissão Europeia [decidiu](#) identificar a República de Trindade e Tobago como país não cooperante na luta contra a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN), atribuindo-lhe um «cartão vermelho». A decisão baseia-se no [Regulamento INN](#) da UE, que prevê um quadro de cooperação com os países para combater a pesca INN e garante que apenas os produtos da pesca capturados legalmente podem aceder ao mercado da UE.

A inclusão do país na lista decorre da falta de progressos na resolução das graves deficiências descritas na decisão de pré-identificação de Trindade e Tobago como país não cooperante, adotada em abril de 2016. Apesar do apoio da UE a Trindade e Tobago no âmbito do diálogo INN, tanto em relação à revisão do quadro jurídico como em matéria de acompanhamento, controlo e vigilância, o país não realizou progressos suficientes para cumprir os requisitos da legislação INN. Nomeadamente, Trindade e Tobago não adotou um

quadro jurídico adequado que regule as atividades da frota de pesca nacional nas águas sob jurisdição nacional e fora delas, nem as atividades dos navios de pesca de países terceiros em portos nacionais. Outras deficiências persistentes prendem-se com a falta de controlo adequado da frota de pesca nacional e das frotas de pesca estrangeiras que fazem escala no país, bem como com a ausência de medidas necessárias para a cessação e prevenção das atividades de pesca INN.

Mares saudáveis: Comissão lidera esforços comuns para melhorar o estado do mar Báltico

A Comissão Europeia [acolheu](#) a **segunda edição da Conferência «O Nosso Báltico»** para fazer **face aos desafios ambientais prementes no mar Báltico**. A conferência de alto nível reuniu ministros e funcionários de alto nível responsáveis pelas pescas, agricultura e ambiente de oito países bálticos da UE (Dinamarca, Estónia, Finlândia, Alemanha, Letónia, Lituânia, Polónia e Suécia).

Tendo em conta os graves problemas do ecossistema do mar Báltico, a conferência visou ajudar a **reforçar e complementar as ações a curto e médio prazo que os Estados-Membros podem tomar para melhorar a saúde dos ecossistemas do mar Báltico**, bem como o estado das unidades populacionais de peixes. Essas ações adicionais poderiam consistir em soluções baseadas na natureza, como a criação de mexilhões para restaurar as zonas desoxigenadas. Os ministros comprometeram-se a salvaguardar o delicado ecossistema marinho do mar Báltico, com especial destaque para a **remoção das munições submersas** que se encontram no seu fundo marinho desde a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. No segmento da manhã da conferência, os ministros chegaram a acordo sobre a urgência de resolver este problema premente que coloca riscos para a vida marinha, as comunidades costeiras e as suas atividades económicas, incluindo a pesca.

Mais de 85 milhões de pessoas vivem em torno da bacia do mar Báltico. O mar Báltico é o mar mais poluído da Europa, afetado, nomeadamente, pela perda de biodiversidade, pelas alterações climáticas, pela eutrofização e por elevados níveis de contaminantes, como os produtos farmacêuticos e o lixo, em especial os resíduos de plástico. Atualmente, 97 % do mar Báltico é afetado pela eutrofização, reduzindo os níveis de oxigénio. Além disso, o mar Báltico é um ecossistema cuja baixa profundidade, ligação limitada ao oceano, lentidão da circulação da água e baixa temperatura da água o tornam particularmente frágil.

Em 2020, realizou-se uma primeira [«Conferência do Nosso Báltico»](#), durante a qual os ministros da Agricultura, Pescas e Ambiente dos Estados-Membros da UE do Mar Báltico adotaram uma declaração em que se comprometeram a intensificar os esforços para colocar o mar Báltico num bom estado ambiental. Mais especificamente, os Estados-Membros comprometeram-se a reforçar a cooperação para prevenir a sobrepesca e combater melhor a poluição, nomeadamente proveniente da agricultura, do lixo marinho, dos contaminantes, bem como dos navios irrecuperáveis e das munições. O mar Báltico foi fortemente extraído durante as guerras mundiais e tornou-se o local de descarga de muitas missões militares abortadas ou realizadas. Os dados históricos ajudaram a identificar os principais sítios e a clarificar o caminho para as principais rotas marítimas. No entanto, as correntes subaquáticas podem mover munições não deflagradas, alargando áreas de interesse e reduzindo a precisão do mapeamento.



Mobilidade

Euro 7: Conselho adota posição sobre as emissões dos automóveis de passageiros, veículos comerciais ligeiros, autocarros e camiões

O Conselho [adotou](#) a sua posição ("orientação geral") sobre a proposta de regulamento relativo à homologação de veículos a motor e motores e dos sistemas, componentes e unidades técnicas destinados a esses veículos, no que respeita às suas emissões e à durabilidade da bateria, mais conhecido por **Euro 7**. O novo regulamento, que abrange pela primeira vez os veículos ligeiros de passageiros e comerciais e os veículos pesados num único ato jurídico, visa estabelecer regras mais adequadas para as emissões dos veículos e reduzir ainda mais as emissões de poluentes atmosféricos provenientes do transporte

Em 27 de outubro de 2022, o Conselho e o Parlamento Europeu chegaram a um acordo político provisório sobre normas mais rigorosas de desempenho em matéria de emissões de CO₂ para os veículos ligeiros de passageiros e comerciais novos, que incluíram uma meta de redução das emissões CO₂ em 100 % para os veículos ligeiros de passageiros e comerciais novos até 2035. Embora a indústria esteja a preparar-se para esta mudança, os veículos ligeiros de passageiros e comerciais com motor de combustão continuarão disponíveis no mercado até 2035. Outros veículos com motor de combustão interna (camiões, autocarros e outros veículos pesados) continuarão a ser produzidos após essa data.

A proposta de regulamento Euro 7 visa regras mais adequadas para as emissões, mas também para outros elementos poluentes, ao mesmo tempo que aborda outros aspetos como a abrasão dos pneus e a vida útil das baterias. Foi apresentada pela Comissão em 10 de novembro de 2022 e reúne num único ato jurídico os objetivos em matéria de emissões dos veículos ligeiros e pesados que até agora estavam separados em dois regulamentos diferentes: o Regulamento (CE) n.º 715/2007 relativo aos veículos ligeiros de passageiros e comerciais e o Regulamento (CE) n.º 595/2009 relativo aos autocarros, camiões e outros veículos pesados. O Regulamento Euro 7 faz parte da Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente, de 2020, e do Plano de Ação para a Poluição Zero, de 2021, da Comissão.

Segurança dos documentos e Convenção de Schengen: Comissão insta Portugal a harmonizar as disposições do Acordo de Mobilidade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) com o direito da UE

A Comissão Europeia [decidiu](#) dar início a um procedimento de infração enviando uma carta de notificação para cumprir a Portugal (INFR(2023)4012) sobre as disposições do Acordo de Mobilidade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A Comissão considera que Portugal não cumpriu as suas obrigações ao abrigo do [Regulamento \(CE\) 1030/2002](#) do Conselho, de junho de 2002, que estabelece um modelo uniforme de título de residência para os nacionais de países terceiros, e da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen de junho de 1985, como alterada pelo [Regulamento \(UE\) 265/2010](#).

O Acordo de Mobilidade CPLP prevê um título de residência que não está em conformidade com o modelo uniforme estabelecido no Regulamento (CE) 1030/2002. Além disso, tanto os títulos de residência como os vistos de longa duração emitidos para efeitos de procura de emprego aos nacionais dos Estados da CPLP não permitem aos seus titulares viajar no espaço Schengen. Portugal dispõe agora de dois meses para responder e resolver os problemas identificados pela Comissão. Na ausência de uma resposta satisfatória, a Comissão poderá emitir um parecer fundamentado.



Proteção civil

Moldávia adere ao Mecanismo de Proteção Civil da UE

A UE e a Moldávia [assinaram](#) o Acordo para que a Moldávia se torne um Estado participante no Mecanismo de Proteção Civil da UE. Uma vez ratificado pela Moldávia, o acordo aplicar-se-á provisoriamente até à sua plena entrada em vigor em 1 de janeiro de 2024. Esta importante etapa da adesão da Moldávia à base do sistema de gestão do risco de catástrofes da UE foi assinalada com uma visita do comissário para a Gestão de Crises, Janez Lenarčič, a Chişinău, onde se encontrou com o ministro dos Assuntos Internos, Adrian Efros.

O Mecanismo de Proteção Civil da UE baseia-se na cooperação e na solidariedade. Este mecanismo permite que os Estados ofereçam assistência a outro Estado quando este é atingido por uma catástrofe. A Moldávia beneficiou do Mecanismo de Proteção Civil da UE para fazer face a uma deslocação em grande escala desencadeada pela invasão da Ucrânia pela Rússia. No início deste ano, a UE também enviou 36 geradores de eletricidade para 30 hospitais em toda a Moldávia. Além disso, a UE também apoiou a Moldávia com 48 milhões de euros em ajuda humanitária desde o início da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia.



Saúde

Agência Europeia de Medicamentos: Conselho e Parlamento chegam a acordo sobre um sistema de taxas sustentável e flexível

A Presidência do Conselho e os negociadores do Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo provisório sobre um regulamento destinado a modernizar e simplificar a estrutura das taxas a pagar à Agência Europeia de Medicamentos (EMA). O acordo tem ainda de ser confirmado por ambas as instituições antes de passar pelo processo de adoção formal.

A EMA cobra uma taxa pelo processamento dos pedidos das empresas que pretendem lançar um medicamento no mercado, bem como por outras tarefas, como a monitorização da segurança dos medicamentos (farmacovigilância). Em 2023, as taxas e os encargos representaram cerca de 89 % do orçamento da agência. A agência também paga às autoridades nacionais pela avaliação científica dos pedidos. Em 2023, estima-se que serão pagos 163 milhões de euros às agências nacionais de regulação dos medicamentos a partir do orçamento da agência.

Plano Europeu de Luta Contra o Cancro: Entra em funcionamento o primeiro protótipo da plataforma *Cancer Image Europe*

A [Iniciativa Europeia de Imagiologia Oncológica](#) atingiu um primeiro marco importante: a [plataforma *Cancer Image Europe*](#) liga 36 conjuntos de dados de imagens de 9 tipos de cancro (mama, cólon, pulmão, próstata, reto, fígado, glioma, neuroblastoma, glioblastoma), num total de mais de 200 mil séries de imagens de cerca de 20 mil indivíduos. Foi também publicada uma primeira versão das regras que se aplicarão aos fornecedores e utilizadores de dados, bem como os procedimentos operacionais da plataforma.

A iniciativa visa criar uma infraestrutura europeia federada de dados de imagens de cancro para apoiar os prestadores de cuidados de saúde, os institutos de investigação e os inovadores na melhor utilização possível de soluções inovadoras baseadas em dados para o diagnóstico, o tratamento e os cuidados oncológicos, em benefício dos doentes com cancro.



Solidariedade Externa da União Europeia e Diplomacia

Nagorno-Karabakh: UE concede 5 milhões de euros de ajuda humanitária

A UE [está](#) a aumentar o seu financiamento humanitário com 5 milhões de euros em resposta às necessidades crescentes resultantes da crise do Nagorno-Karabakh. Prevê-se que a escalada do conflito e o subsequente cessar-fogo desencadeiem um êxodo em massa de pessoas do Nagorno-Karabakh para a Arménia, tendo já cerca de 13 500 refugiados atravessado a fronteira. Ao mesmo tempo, há uma grande escassez de alimentos e falta de acesso à eletricidade e à água no enclave do Nagorno-Karabakh.

O financiamento humanitário de 5 milhões de euros inclui 500 mil euros de apoio de emergência anunciado na semana passada e 4,5 milhões de euros de novo financiamento, que irá ajudar as pessoas deslocadas do Nagorno-Karabakh para a Arménia e as pessoas vulneráveis no Nagorno-Karabakh.



Tecnologia, informática e comunicações

Produção de alta tecnologia vendida a 355 mil milhões de euros em 2022

Em 2022, a produção vendida de produtos de alta tecnologia na UE [atingiu](#) 355 mil milhões, registando um crescimento de 10,2 % em comparação com o ano anterior (322 mil milhões em 2021). Durante a última década, registou-se um aumento médio anual de 2,6% (275 mil milhões em 2012). Três categorias, em conjunto, constituíram quase três quartos das vendas totais de produtos de alta tecnologia. A maior fatia foi a da eletrónica-telecomunicações (26,2%), seguida da farmácia (22,2%) e dos instrumentos científicos (20,6%). A indústria aeroespacial representou 11,5% e a maquinaria não elétrica contribuiu com 6,1%. As restantes categorias, incluindo computadores e máquinas de escritório, química, máquinas elétricas e armamento, representaram, cada uma, menos de 5%.

O armamento, apesar de ter a menor quota no total das vendas de produtos de alta tecnologia, registou o maior crescimento na última década, com uma média anual de 7,0%. Os instrumentos científicos e farmacêuticos cresceram a uma taxa média anual de 4,4%. Por outro lado, a maquinaria não elétrica (-0,7%) e os computadores e máquinas de escritório (-1,8%) foram os únicos setores que registaram um decréscimo nas vendas durante o período de dez anos. No entanto, ambos os setores registaram um aumento em 2022 em comparação com 2021: máquinas não elétricas (+16,1%) e computadores e máquinas de escritório (+13,6%).

Primeiro relatório sobre o estado da Década Digital defende ação coletiva para configurar a transição digital

O primeiro relatório sobre o estado da Década Digital [fornece](#) um panorama global dos progressos no sentido de alcançar a transformação digital, a bem de uma União digitalmente mais soberana, resiliente e competitiva. Inclui uma avaliação do desempenho da UE no tocante aos [objetivos e metas](#) da Europa [para 2030](#), assente em quatro pilares principais: **competências digitais, infraestruturas digitais, digitalização das empresas**, incluindo a utilização da inteligência artificial (IA), e **digitalização dos serviços públicos**. Inclui igualmente o acompanhamento da [Declaração Europeia sobre os Direitos e Princípios Digitais](#), que reflete o compromisso da UE em prol de uma transformação digital segura, protegida, sustentável e centrada nas pessoas.

O relatório de 2023, que é o primeiro de uma série de relatórios anuais, **apela aos Estados-Membros para que tomem medidas coletivas** com vista a colmatar os atuais défices de investimento, acelerar a transformação digital na Europa e intensificar os esforços para alcançar os objetivos do [Programa Década Digital](#). O Programa Década Digital, adotado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, entrou em vigor em 9 de janeiro de 2023 e inclui um sistema de governação colaborativa entre a UE e as autoridades nacionais.

As recomendações horizontais e as recomendações específicas por país constantes do relatório de 2023 apresentam um **roteiro claro e operacional para o caminho a seguir**. As recomendações constituirão a base para **o debate e a colaboração** entre a Comissão e os Estados-Membros sobre **a forma de alcançar os nossos objetivos comuns**. Este trabalho será apoiado através da execução de **projetos plurinacionais em grande escala**, incluindo os recém-introduzidos [Consórcios para uma Infraestrutura Digital Europeia](#) (EDIC).



Turismo

Programa Europa Digital: Comissão abre convites para investir em espaços de dados para o turismo e o património cultural

A Comissão Europeia abriu novos convites à apresentação de propostas no âmbito do [Programa Europa Digital 2023-2024](#) para reforçar as capacidades digitais em toda a UE. Os convites estão abertos a empresas, administrações públicas e outras entidades dos Estados-Membros da UE, dos países da EFTA/EEE e dos países associados. Mais de 12 milhões de euros atribuídos a projetos no âmbito destes convites centram-se na continuação do apoio à criação de espaços de dados, uma pedra angular da [Estratégia de dados da UE](#).

Estes convites à apresentação de propostas no âmbito do Programa Europa Digital preveem a atribuição de 8 milhões de euros em subvenções a projetos e surgem na sequência da recente [comunicação da Comissão sobre os elementos constitutivos de um espaço europeu comum de dados sobre turismo](#). O espaço europeu de dados sobre o turismo é um resultado fundamental [da via de transição do turismo](#), tornando o ecossistema turístico mais resiliente, digital e sustentável. O espaço de dados impulsionará a partilha de dados entre as empresas de turismo, os destinos e as autoridades públicas, o que terá um impacto na produtividade, na ecologização e na sustentabilidade, nos modelos empresariais inovadores e na melhoria das competências. Isto ajudará os destinos turísticos a compreender melhor o que os turistas procuram e a adaptar as suas ofertas em conformidade, ou a prever quando é provável que os turistas venham, permitindo-lhes planear.

Haverá também um novo investimento previsto de 4 milhões de euros para a implantação de um espaço de dados para o património cultural. Este espaço disponibilizará mais conteúdos culturais europeus de alta qualidade, nomeadamente em 3D, promoverá a reutilização de recursos culturais digitalizados e proporcionará mais oportunidades para a comunidade oferecer serviços enriquecidos, graças à utilização de tecnologias avançadas.

43% dos turistas da UE são visitantes internacionais

Sabia que a UE representa 5,6% da população mundial e 3,0% da superfície terrestre, mas que, apesar de pequena, segundo a Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas (OMT), [recebeu](#) 45,8% de todos os turistas internacionais no mundo em 2022? Entre os 10 principais países de destino a nível mundial contam-se seis membros da UE (França, Espanha, Itália, Alemanha, Grécia e Áustria).

Os dados do Eurostat indicam que os turistas estrangeiros da UE e de países extra-UE representaram 43,0% de todas as dormidas em alojamentos turísticos da UE em 2022. Em 11 dos 27 países da UE, o fluxo dominante era constituído por turistas estrangeiros. Em três países da UE, os turistas internacionais (da UE e de países extra-UE) representaram mais de 90% das dormidas turísticas: Malta (92%), Croácia e Chipre (ambos com 91%). O mesmo se verificou no Luxemburgo e na Grécia, onde o mercado externo foi responsável por 86% e 84%, respetivamente, das dormidas turísticas. Na Áustria, na Eslovénia, em Portugal e em Espanha, esta percentagem situou-se entre 60% e 70%.

Em termos absolutos, os números mais elevados de dormidas de turistas internacionais (da UE e de países terceiros) registaram-se em Espanha (270 milhões de dormidas) e em Itália (201 milhões de dormidas), representando, em conjunto, 40% de todas as dormidas de turistas internacionais em estabelecimentos de alojamento na UE. Embora um forte atrativo para os turistas estrangeiros impulse a economia de um país e contribua para uma melhor compreensão mútua do povo e da cultura do país, uma elevada dependência estrangeira pode também tornar um destino mais vulnerável em caso de choque externo, como catástrofes naturais ou pandemias que afetem a mobilidade internacional. Os viajantes nacionais da UE (que viajam no seu próprio país de residência) representaram 57% de todas as dormidas em alojamentos turísticos da UE em 2022.

Mais no Parlamento Europeu...

[Calendário para 2023 e 2024.](#)



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras.

Legenda: **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



67509c Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBDC – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa [Política de Privacidade](#) – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!